CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
ISSN 2763-8588

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES DO PROGRAMA TEMPO DE APRENDER

***Suzane Melo da Silva*[1]**
***Solange Pereira da Silva*[2]**

Eixo temático: 1

Resumo

O presente trabalho apresenta parte da pesquisa em andamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA), que teve por objetivo analisar o Programa Tempo de Aprender instituido pelo Ministério da Educação (MEC), destinado à formação continuada de professores alfabetizadores. Adota-se a pedagogia histórica-crítica, fundamentada pelo materialismo histórico-dialético da teoria marxiana, a fim de apreender o objeto anunciado a partir de suas contradições e histórias. Para análise dos dados foi utilizada a análise documental, objetivando extrair os dados dos documentos e compreender a dimensão da Política de Alfabetização Nacional (PNA), os fundamentos teóricos e as concepções pedagógicas destinada à formação continuada de professores.

Palavras-chave: formação continuada; concepções pedagógicas; Alfabetização

Introdução

A formação continuada de professores alfabetizadores atravessa historicamente um processo de descontinuidade no cenário educacional brasileiro, sem passar por uma avaliação contínua por parte das secretarias de Educação, ou pelo Ministério da Educação (MEC), para entender se os objetivos propostos foram alcançados. Registra-se, a partir de 2001, o lançamento do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA); no ano de 2005, foi lançado o Pró-Letramento, encerrado em 2012. Em 2013 foi implementado o Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em todos os municípios

[1] Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA).
[2] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Humanas/UFPA. Campus Universitário do Marajó/Breves/PA.

brasileiros, sendo encerrado a partir do ano de 2017. Posteriormente, foi lançada a Nova Política de Alfabetização (PNA), pela equipe da Secretaria de Alfabetização (2018), refutando todas as outras construções anteriores, tais como Psicogênese da Língua Escrita, Letramento e consciência fonológica.

A PNA construída pelas universidades privadas rompe a parceria com as universidades públicas brasileiras para dar prosseguimento à formação continuada de professores alfabetizadores, alegando que a doutrinação impedia as universidades de adequar no cenário brasileiro a alfabetização baseada em evidências. Disseminaram ainda que as práticas de alfabetização e a formação de professores deveriam ser orientadas pela literatura internacional, pautada nas pesquisas experimentais, instituindo assim no cenário educacional brasileiro os processos de alfabetização baseados na ciência cognitiva da leitura, no método fônico, na instrução fônica sistemática e consciência fonêmica; e o letramento passou a ser defendido pela literacia cognitiva e familiar.

Para consolidar a nova política, foi lançado o Programa Tempo de Aprender, com o objetivo de aperfeiçoar professores e gestores escolares do último ano da pré-escola e do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. Esse novo programa de formação foi realizado por meio de cooperação internacional entre instituições brasileiras e portuguesas, tendo no Brasil como responsável a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Secretaria de Alfabetização (SEALF) do MEC, e em Portugal foram responsáveis os professores do Programa a Universidade do Porto (UP), o Instituto Politécnico do Porto (IPP) e a Universidade Aberta (UAb) de Portugal, que defendem a alfabetização baseada na ciência e integra o Programa de Formação Continuada, ação do Eixo I, “Tempo de Aprender”, para formação dos professores em rede (BRASIL, 2020).

Os elaboradores do PNA disseminaram a ideia de que a formação continuada de professores alfabetizadores, realizada no formato da Educação a Distância (EaD), pautada nas ciências cognitivas, poderiam promover práticas de alfabetização mais eficazes. O resultado dessa ação do MEC e do Governo Federal resultou na destinação de recursos públicos para instituições privadas, a retomada de concepções e métodos de alfabetização, em um cenário educacional já aparentemente superados e a inserção de Assistentes de Alfabetização em salas de aulas.

Nesse sentido, este trabalho apresenta alguns resultados da pesquisa, que teve por objetivo, analisar o processo de alfabetização e formação continuada de professores alfabetizadores do Programa Tempo de Aprender. O texto está dividido nesta Introdução, duas seções e as considerações finais.

Fundamentação teórica

Um breve levantamento acerca da política de formação continuada de professores mostra que as reformas educacionais ocorridas a partir de 1990 são resultantes de parâmetros reformistas globais orientados por Organismos Internacionais, tais como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O marco dessas relações se construiu inicialmente com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, na qual foi assinado o documento Declaração Mundial sobre Educação para Todos, com o objetivo de apresentar uma agenda global para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, ficando definida como fundamentos para nortear a Educação Básica “o acesso à leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, e a solução de problemas”. (UNESCO, 1990, p. 2).

Os compromissos firmados em Jomtien foram reafirmados na Conferência de Dakar, Senegal, em 2015, ficando explícito que os países participantes tinham por compromisso “[...] assegurar que os objetivos e as metas do Movimento Todos pela Educação fossem cumpridos, por meio das amplas parcerias no âmbito de todos os países, apoiados pela cooperação e instituições regionais e internacionais”. (UNESCO, 2000, p. 1).

O parâmetro orientado para o atendimento da educação resumindo as necessidades de aprendizagem dentro da tríade – leitura, cálculo e solução de problemas – gerou, historicamente, várias narrativas direcionadas para a formação continuada de professores alfabetizadores. A primeira delas é que a formação continuada de professores deveria sanar as deficiências da formação inicial (BRASIL, 2001) e a segunda questão consiste na articulação da formação continuada de professores com instituições privada e a tentativa de fortalecimento do assistencialismo como resposta aos diversos problemas da alfabetização nas séries iniciais.

Metodologia

Para a organização do *corpus* teórico da pesquisa, utilizou-se a abordagem teórica da pedagogia histórico-critica (SAVIANI, 2013), fundamentada na teoria marxista, na perspectiva de compreender a realidade com a suas contradições, mediações e história, entendendo que a formação continuada e alfabetização são resultados da ação humana, e que, ao se articular com a produção econômica no contexto neoliberal, apresentará contradição entre os objetivos anunciados e sua materialização no âmbito da formação.

Neste trabalho, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da análise documental, seguindo as orientações de Evangelista (2012, p. 5), ao considerar que o “[...] documento existe fora do

pesquisador, para que possa extrair dele dados da realidade, é preciso que assuma uma posição ativa na produção de conhecimento",

Resultado e discussões

A estrutura do Programa Tempo de Aprender se fundamenta em princípios assistencialista neoliberal, operando para a retirada de responsabilidade do Estado e dos municípios ao delegar responsabilidades a diferentes atores sociais (pais, famílias, amigo da escola, assistente), para garantir o fortalecimento do processo de alfabetização.

Verifica-se que, o referido Programa, diferentemente do PNAIC (2012-2017), foi destinado à formação continuada de professores que atuam na Educação Infantil, 1º e 2º ano do bloco de alfabetização. Trata-se de um material instrucional, em que o professor realiza o curso via *on-line*, por meio da plataforma Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC (AVAMEC), sem acompanhamento tutorial, sem orientação para realização dos estudos e das atividades, nem para tirar dúvidas por meio de sala de *chat* ou de fóruns de discussão (AVAMEC, 2021).

As questões citadas acima são informadas por meio das atividades da Plataforma AVMEC, antes de o professor iniciar o módulo 1. Para o desenvolvimento da linguagem oral é proposto, através do Módulo 2, um vídeo com o tema "Aprendendo a ouvir". O narrador orienta que "[...] para aprender a ler e escrever bem o primeiro passo é sabermos ouvir bem. Precisamos ter consciência dos sons da linguagem e desenvolver a habilidade de ouvir, identificando e manipulando os sons individuais das palavras faladas''. (AVAMEC, 2021).

As orientações do vídeo simulada através de sala de aula destaca que as orientações para desenvolvimento da consciência fonêmica deverão ser realizadas pelo isolamento, segmentação, aliteração e substituição de palavra. Os objetivos de aprendizagem do referido módulo estão de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para atender o Ensino Fundamental, séries iniciais, do 1º e 3º ano, de acordo com a organização alfanumérica (EI03TS01, EI03TS03). As informações inseridas na Plataforma destaca que a metodologia de alfabetização envolvendo consciência fonêmica foi aplicado na Nova Zelândia em comunidade de baixo poder aquisitivo, que, ao receberam intervenção de estimulação da consciência fonêmica de 20 horas de duração ao longo de 10 semanas, tiveram melhorias significativas de conhecimento da leitura e da escrita (AVAMEC, 2021).

Os argumentos apresentados no processo formativo do professor de forma individual na Plataforma remetem inicialmente à internacionalização da política de formação continuada de professores direcionadas pelos organismos multilaterais, tais como: a OCDE, do BM e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a efetiva participação do setor

empresarial na formação continuada de professores (EVANGELISTA; LEHER 2012) via MEC (2019).

Um dos objetivos da nova Política de Alfabetização, previsto no Art. 4, era “elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do Ensino Fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas”. (BRASIL, 2019). O documento reforça os mecanismos da tríade, formação continuada de professores alfabetizadores – língua portuguesa e matemática – monitoramento pela avaliação externa. Essa avaliação está voltada para os alunos no final do 2º ano das séries iniciais, e o método recomendado para alfabetização é o uso de método fônico, considerado pelos seus defensores como estratégia de ensino para solucionar os problemas da alfabetização.

Ao analisar as concepções pedagógicas que orientam o processo de alfabetização e formação continuada de professores alfabetizadores do Programa Tempo de Aprender, verificou-se a retomada do conteúdo pautado em “evidências científicas” defendido pelos psicólogos cognitivistas e neurocientistas, debate este já inserido no Brasil através do discurso escolanovismo de Lourenço Filho, como o método ABC e alfabetização sobre medida a partir de 1930. De acordo com o estudo de Mortatti (2019, p. 38),

> A alfabetização (aprendizado da leitura e escrita) envolvia obrigatoriamente uma questão de “medida”, e o método de ensino se subordina ao nível de maturidade das crianças em classes homogêneas. A escrita continuou sendo entendida como uma questão de habilidade caligráfica e ortográfica que devia ser ensinada simultaneamente à habilidade de leitura; o aprendizado de ambas demandava um “período preparatório”, que consistia em exercícios de discriminação e coordenação viso-motora e auditivo-motora, posição de corpo e membros, dentre outros.

Lourenço Filho defendia que somente o uso de um método de alfabetização específico não poderia dar conta da complexidade do processo de alfabetizar, recomendando o uso de métodos variados; ao mesmo tempo, contraditoriamente, defendia a adoção do processo de avaliação do rendimento, através dos “Testes ABC” para organização de turmas homogêneas, bem como disseminado a tese inquestionável de que a aplicação do material assegurava a eficiência no ensino e no rendimento dos alunos, bastando aos professores, no entendimento de Lourenço Filho, seguir o manual de orientações dos materiais didáticos, produzidos sem a necessidade de os professores estudarem a teoria e pensarem sobre a organização do trabalho pedagógico.

Estrutura semelhante foi adotada no Programa Tempo de Aprender: primeiro, os professores devem se cadastrar na Plataforma, assistir aos vídeos instrucionais e elaborar suas atividades para solucionar as dificuldades específicas dos estudantes, utilizando métodos fônicos e trabalho com consciência fonêmica, com método de ensino isolando os

sons das letras, promovendo assim uma "[...] visão associacionista de aprendizagem que os especialistas parecem ignorar que, no processo que leva a criança a compreender o princípio alfabético, ela, de início, sequer compreende que as letras substituem partes orais das palavras que falamos". (MORAIS, 2015, p. 72).

Concordamos com Morais (2015) de que não existe nenhuma contraposição às atividades experimentais relacionadas com os processos de alfabetização, nem à trajetória internacional dos professores portugueses. No entanto, chama a atenção nos documentos do PNA (2019) as repetidas vezes que o Programa se baseia em evidências científicas, mas não demonstra claramente uma fundamentação teórica compreensível que possa justificar a substituição dos pesquisadores brasileiros com uma longa trajetória de estudos e pesquisas sobre alfabetização, pautada na Psicologia, na Linguística, na pedagogia histórico-crítica e histórico cultural, na alfabetização freiriana, o que nos remete, claramente, a uma decisão pautada em uma retórica ideológica.

O que verificamos nos vídeos destinados para orientação dos professores foi uma concepção de alfabetização disseminando a ideia de que o conhecimento alfabético e os direcionamentos para aprender a ler e escrever bem têm como primeiro passo saber ouvir bem, aprender ter consciência dos sons da linguagem e desenvolver a habilidade de ouvir, identificando e manipulando os sons individuais das palavras faladas (AVAMEC, 2022).

Notamos, ainda, a ênfase na discriminação de sons, para o desenvolvimento das práticas pedagógicas proposto para os professores trabalharem os sons/fonemas isolados para depois formar palavras, em uma relação artificial entre a língua oral e a escrita, contrapondo-se à produção dos estudos realizados pelos grupos de alfabetização. Para Moraes (2015, p. 61) a,

> [...] a tarefa cognitiva do aprendiz envolve o domínio de uma lógica de relações bastante complexas. Enquanto descobre ou toma consciência da existência de "unidades" orais e unidades escritas, e compreende como elas estão relacionadas, o indivíduo precisa desvendar como um todo (a palavra escrita) tem a ver com outro todo (a palavra falada) e como suas partes (escritas e orais) estabelecem correspondências entre si e com o todo-palavra.

Na mesma linha de pensamento, Soares (2021, p. 77) destaca que para a criança se "apropriar da escrita alfabética ela precisa aprender que aquilo que veem escrito representa o que elas ouvem ser lido: que as palavras que escrevem devem ser a representação dos sons das palavras que escrevem". O som da fala e a capacidade de refletir sobre palavras é o que se denomina de "consciência fonológica". A palavra é um conjunto de sons que pode ser segmentado em sílabas (consciência silábica), que são constituídos de pequenos sons, os fonemas (consciência fonêmica).

Considerações finais

Para concluir, defendemos a retomada da pauta sobre as politicas de alfabetização e formação continuada de professores, juntamente com os grupos de pesquisas instituídos no país, articulados as universidades públicas brasileira, e a imediata revogação da PNA, o Programa Tempo de Aprender e seus desdobramentos, na perspectiva de reestabelecer o fortalecimento das políticas públicas de alfabetização e formação de professores, para romper com a estrutura atual que articula o orçamento público com o grande mercado da educação, via plataforma e intermediação de fundações privadas, a exemplo da Fundação Leman que está articuladas as várias Secretarias de Educação do País.

Referências

ARCE, Alessandra. A formação de professores sob a ótica construtivista: primeiras aproximações e alguns questionamentos. In: DUARTE, Newton (Org.). **Sobre construtivismo**: contribuições a uma análise crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 41-62. (Coletânea Polêmica do Nosso Tempo; 77).

AVAMEC. Ambiente virtual de aprendizagem do Ministério da Educação (MEC). Práticas de Alfabetização. Disponível em: http://alfabetizacao.mec.gov.br. Acesso em: 10 maio, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Mais Alfabetização, que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares o processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/86401-portaria-142-2018-pmalfa002/file. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280. Acesso em:19 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório da Gestão Financeira do Exercício de 2001. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/t. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA - Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019. 54 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/. Acesso em: 13 abr. 2023.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Alínea, 2012. v. 1. p. 52-71.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, v. 10, n. 15, 2012. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/. Acesso em: 12 maio. 2023

MORAES, Artur Gomes de. **O desenvolvimento da consciência fonológica e a apropriação da escrita alfabética entre crianças brasileiras**. Disponível em: https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/31. Acesso em: 02 mar. 2023.

MORTATTI, Maria do Rosário. **Métodos de alfabetização no Brasil**: uma história concisa. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019. Disponível em: https://books.scielo.org/id/fqrmr/pdf/.pdf. Acesso em: 01 mar. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção Contemporânea).

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2021.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien-1990). Tailândia: 1990. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources. Acesso em: 10 mai. 2023.

UNESCO. **Educação para todos**: o compromisso de Dakar. Texto adotado pelo Fórum Mundial de Educação de Dakar – Dakar, Senegal, 26 a 28 de abril de 2000. Brasília: UNESCO; CONSED. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127509. Acesso em: 14 abr. 2023.